DIÁRIO DO MUNICÍPIO

SEXTA-FEIRA | 20 DE NOVEMBRO DE 2026 ANO: 02 ◆ Nº 293 ◆ PREÇO: R$ 2,50

Anápolis busca R$ 100 milhões para tirar aeroporto de cargas do papel

Goiás busca atrair investidores dos Emirados Árabes para captar R$ 100 milhões e viabilizar o Aeroporto de Cargas de Anápolis. A expectativa é que parcerias internacionais permitam iniciar a operação até o fim de 2027, ampliando a logística e a geração de empregos no município.

Pg. 3



Pg. 6

Goiás confirma dois casos de Mpox e mantém vigilância sobre a doença

Goiás confirmou dois casos de Mpox em 2026 e não registrou mortes pela doença. O estado monitora a situação após o primeiro óbito por Mpox no Brasil neste ano. Ao todo, foram 167 notificações em território goiano, sendo um caso ainda investigado. A Secretaria Estadual de Saúde também alerta para o avanço da dengue, que já soma mais de 113 mil casos confirmados e apresenta aumento de quase 18% em relação ao mesmo período de 2025.

Feriado altera atendimento público em Anápolis; veja o que funciona
Pg. 5

13º salário: veja como as novas regras do IR afetam o valor a receber em 2026
Pg. 4

Pix poderá permitir pagamentos por aproximação mesmo sem internet
Pg. 2

Anápolis sobe 338 posições e entra no top 100 das cidades inteligentes

Anápolis avançou 338 posições no Ranking Connected Smart Cities 2026 e alcançou o 95º lugar entre as cidades mais inteligentes do Brasil. Com 48,35 pontos, o município ficou em segundo lugar em Goiás, atrás apenas de Goiânia. Os destaques foram Segurança, com 85 pontos, e Educação, com 69. Já os piores resultados apareceram em Inovação e Empreendedorismo e Energia

9 771414 621006 >

@diariodomunicipio
www.dmanapolis.com.br
(62) 3706-9010 | (62) 99161-3373
redação@dmanapolis.com.br | comercialdiariodomunicipio@gmail.com

PIX

Pix poderá funcionar sem internet e ganhar integração internacional

Redação

O Pix poderá ganhar uma nova funcionalidade que permitirá realizar pagamentos mesmo sem conexão com a internet. A novidade está entre os projetos anunciados pelo Banco Central (BC) no balanço dos seis anos de funcionamento do sistema, celebrado nesta segunda-feira (16). A proposta prevê transações por aproximação, utilizando a tecnologia NFC, presente em celulares, cartões com chip, etiquetas eletrônicas e dispositivos vestíveis, como relógios e pulseiras.

A modalidade está em fase de estudos e ainda não tem data definida para chegar aos usuários. Diferentemente do Pix por aproximação disponível des de fevereiro de 2025, que exige conexão com a internet nos dispositivos envolvidos, o novo modelo permiti-á que o pagador inicie a operação mesmo estando off-line.

Segundo o BC, a iniciativa busca ampliar o acesso aos pagamentos digitais, especialmente entre pessoas queenfrentam dificuldades de conectividade ou têm menor familiaridade com ferramentas tecnológicas.

A proposta também considera o uso de dispositivos como relógios inteligentes e pulseiras eletrônicas para iniciar as transações.

Além do pagamento off-line, a agenda de inovação inclui melhorias no Pix Automático, lançado em junho de 2025 para cobranças recorrentes, como con tas de água, energia, assinaturas e mensalidades. Entre as mudanças previstas estão a possibilidade de realizar pagamen-tos parciais, alterar regras de recorrência e utilizar a ferramenta em cobranças sem periodicidade definida.

CRÉDITO

Outra frente de desenvolvimento envolve a ampliação das funcionalidades financeiras do sistema. O Banco Central pretende permitir que duplicatas escriturais, títulos eletrônicos utilizados em vendas a prazo entre empresas, sejam quitadas imediatamente por meio de QR Code.

Também está em estudo a utilização de valores que empresas têm a receber futuramente pelo Pix como garantia em operações de crédito. A expectativa é melhorar as condições de financiamento e reduzir os custos para negócios que utilizam frequentemente o sistema de pagamentos.

No cenário internacional, o BC trabalha para conectar o Pix a sistemas de pagamentos de outros países, facilitando transferências e remessas internacionais. Uma das iniciativas prevê a integração com o TIPS (Target Instant Payment Settlement), plataforma de pagamentos instantâneos da zona do euro. Os estudos conjuntos com o Banco Central Europeu (BCE) foram anunciados em setembro e envolvem análises técnicas, operacionais, jurídicas e comerciais.

EXPANSÃO

Os números demonstram a dimensão alcançada pelo Pix desde sua criação. Entre janeiro e outubro de 2026, foram realizadas 76 bilhões de transações, crescimento de 17,6% em comparação com o mesmo período de 2025. No dia 6 de novembro, o sistema registrou recorde diário de 319,7 milhões de operações.

Em 2025, foram quase 80 bilhões de transações, que movimentaram mais de R$ 35 trilhões. O sistema também ultrapassou, neste ano, a marca de 1 bilhão de chaves cadastradas.

O Pix conta atualmente com 154 milhões de usuários pessoas físicas, o equivalente a 89% da população adulta, além de 14 milhões de empresas ativas. De acordo com o Banco Central, a utilização supera 80% em todas as regiões brasileiras, com crescimento mais expressivo entre pessoas com renda de até cinco salários mínimos.

SEGURANÇA

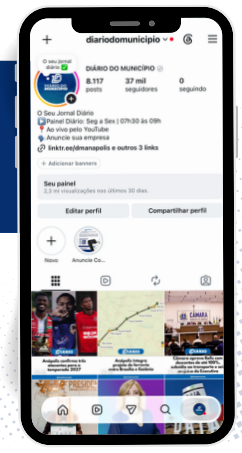
O aprimoramento dos mecanismos de proteção contra fraudes também está entre as prioridades. O BC destacou a ampliação do Mecanismo Especial de Devolução (MED), que permite contestar tran sações suspeitas diretamente pelos aplicativos das instituições financeiras.

As regras também passaram a permitir o rastreamento de valores desviados por diferentes contas utilizadas em golpes, aumentando as possibilidades de recuperação do dinheiro pelas vítimas. Outra medida estabelece o cadastramento prévio de dispositivos para operações acima de determinados limites.

Entre os próximos projetos está a criação de um indicador de probabilidade de fraude para cada transação, com utilização de inteligência artificial e aprendizado de máquina. O objetivo é aprimorar a identificação de operações suspeitas e estabelecer cri térios para que instituições financeiras possam bloquear preventivamente pa gamentos considerados de risco.

Fale conosco e nos siga em nossas redes sociais:

dmanapolis.com.br
@diariodomunicipio
(62) 3706-9010
(62) 99161-3373



DIÁRIO DO MUNICÍPIO

Preço das assinaturas
R$ 49,90 mensal
R$ 598,80 anual

Vendas Avulsas
Goiás, Tocantins, Distrito Federal e Mato Grosso
Dias Úteis R$ 2,50 **Domingo** R$ 3,50

REPORTAGEM
Carlos Antônio
Lucivan Machado

EMPRESA EDITORA
DIARIO DO MUNICIPIO Ltda
Endereço: Rua PSJ 7; Qd. 04 Lt. 43;
PARQUE SÃO JERONIMO; 75.097-045.
Anápolis-GO

Deptº Comercial/ Redação
(62) 98251-1504
(62) 99161-3373

LOGÍSTICA

Aeroporto de Cargas de Anápolis entra na mira de investidores dos Emirados Árabes

Redação

Anápolis está no centro de uma articulação internacional para viabilizar a operação do Aeroporto de Cargas. O Governo de Goiás busca atrair investidores dos Emirados Árabes Unidos para captar aproximadamente R$ 100 milhões necessários à estruturação do empreendimento. As negociações foram realizadas nesta quinta-feira (19), em São Paulo, com representantes dos fundos Mubadala Investment Company e Emirates Growth Fund (EGF).

O projeto foi apresentado pelo secretário estadual de Indústria, Comércio e Serviços, Joel Sant'Anna, que busca avançar nas tratativas para garantir os recursos e estabelecer parcerias com empresas do setor aéreo e logístico.

A iniciativa pretende transformar Anápolis em um ponto estratégico para o transporte internacional de mercadorias, aproveitando a localização do município e a estrutura logística já existente, que inclui o Porto Seco e a presença da Receita Federal.

Segundo o secretário, o projeto já havia sido apresentado à Emirates SkyCargo, divisão de transporte de cargas da companhia aérea Emirates. Na ocasião, a proposta chegou a ser traduzida para o árabe e encaminhada à empresa. A resposta, conforme Joel, indicou interesse, mas apontou a necessidade de comprovar demanda suficiente para justificar a implantação de uma linha cargueira em Goiás.

A expectativa do governo estadual é que a operação permita conectar Anápolis a mercados da Europa, África, China, Oriente Médio e países do Sudeste Asiático, ampliando as possibilidades de exportação e importação.

INVESTIMENTO

De acordo com Joel Sant'Anna, a implantação da operação depende de aproximadamente R$ 100 milhões em investimentos privados. Os recursos serão destinados à estrutura necessária para movimentação de mercadorias, incluindo instalações de apoio à carga, área de receptivo e revestimento de uma pista acessória.

O secretário ressaltou que a proposta é voltada exclusivamente ao transporte de mercadorias, sem previsão de voos comerciais de passageiros.



Outro argumento apresentado aos potenciais investidores é a possibilidade de expansão das atividades logísticas no município. A operação do aeroporto poderá estimular a instalação de empresas de transporte, distribuição e armazenagem, além de gerar empregos e movimentar a economia local.

A estrutura também poderá fortalecer o Distrito Agroindustrial de Anápolis (Daia), ampliando as oportunidades de negócios para empresas instaladas na região e atraindo novos empreendimentos ligados ao comércio exterior.



PREVISÃO PARA 2027

Em relação à infraestrutura, o secretário informou que as obras do aeroporto, incluindo etapas de recuperação ambiental, estão em fase de finalização. Também seguem intervenções relacionadas à drenagem e à infraestrutura da pista, sob responsabilidade do Governo de Goiás.

A próxima etapa depende da entrada de investidores e da formalização de parcerias com os fundos internacionais e a companhia aérea Emirates.

A meta apresentada pelo governo estadual é avançar nas negociações ao longo de 2027 e conseguir contratar os investimentos necessários até o fim do próximo ano, criando condições para colocar o Aeroporto de Cargas de Anápolis em operação.

O percentual exato de conclusão das obras e os detalhes técnicos da infraestrutura dependem de informações oficiais da Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (Goinfra).

ECONOMIA

Nova regra do Imposto de Renda pode aumentar valor líquido do 13º salário em 2026

Redação

O pagamento do 13º salário em 2026 chega com mudanças na tributação do Imposto de Renda (IR), que podem aumentar o valor líquido recebido por parte dos trabalhadores. Com as novas regras fiscais, a retenção do imposto pode ser reduzida, dependendo da faixa salarial. Para saber quanto será depositado após os descontos, é possível utilizar a calculadora disponibilizada pelo portal G1.

A alteração na tabela do imposto de Renda faz parte das mudanças na tributação da renda implementadas em 2026. A nova faixa de isenção beneficia quem recebe até R$ 5 mil mensais, enquanto contribuintes com rendimentos de até R$ 7.350 podem ter redução gradual do imposto. O efeito também alcança o cálculo do 13º salário, respeitadas as regras específicas de tributação do benefício.

A primeira parcela do benefício deve ser paga até 30 de novembro, enquanto a segunda tem prazo até 20 de dezembro. Os pagamentos seguem as regras previstas na legislação trabalhista, com diferenças na incidência dos descontos em cada etapa.

Na primeira parcela, não há desconto de Imposto de Renda nem de contribuição previdenciária. Já na segunda, são aplicados os descontos obrigatórios, incluindo o INSS e, quando devido, o IR, calculado separadamente da remuneração mensal.

QUEM TEM DIREITO AO BENEFÍCIO?

O 13º salário é garantido aos trabalhadores com carteira assinada. O valor integral corresponde a uma remuneração mensal, desde que o profissional tenha trabalhado durante todo o ano. Para quem iniciou as atividades ao longo de 2026, o pagamento é proporcional ao período trabalhado.

Além do salário-base, o cálculo pode incluir outras verbas de natureza remuneratória, como horas extras, adicionais noturnos e comissões, conforme a situação do trabalhador. Por isso, profissionais que recebem valores variáveis ao longo do ano podem ter diferenças no montante final. Faltas não justificadas e períodos de afastamento também podem influenciar o cálculo, de acordo com as regras trabalhistas.

Cada mês em que o empregado tenha trabalhado pelo menos 15 dias é contabilizado para o cálculo. Assim, o valor corresponde a 1/12 da remuneração pa ra cada mês considerado.

COMO CALCULAR O VALOR?

A estimativa do benefício considera o salário bruto, o número de meses trabalhados e os descontos legais. A nova tabela do Imposto de Renda pode alterar o valor retido na segunda parcela, especialmente para trabalhadores enquadrados nas faixas beneficiadas pelas mudanças.

A calculadora do G1 permite informar a remuneração e o período trabalhado para obter uma estimativa do valor bruto e líquido do benefício.

O recebimento do benefício também representa uma oportunidade para reorganizar as finanças antes do início de um novo ano.

Entre as prioridades recomendadas estão a quitação de dívidas com juros elevados, a reserva de recursos para despesas de janeiro, como IPVA, IPTU e material escolar, e a formação de uma poupança para imprevistos. O planejamento antecipado ajuda a evitar que o dinheiro extra seja comprometido rapidamente com gastos não essenciais.

A ferramenta pode ser acessada neste link:

https://g1.globo.com/trabalho-e-carreira/calculadora-13o-decimo-terceiro-salario/

BIG TRADING EMPREENDIMENTOS LTDA - FONTE ALIMENTOS CNPJ 06.317.393/0006-52, TORNA PÚBLICO, PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS, QUE **REQUEREU** JUNTO A SEMOHPUMA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS A **LICENÇA AMBIENTAL DE FUNCIONAMENTO PARA O EMPREENDIMENTO SITO A** AV. DAS NAÇÕES UNIDAS, Nº 175, QD 37 LT 1E, BAIRRO JARDIM ALVORADA, CEP 75.104-395, ANÁPOLIS/GO, DESTINADO ÀS ATIVIDADES CONTIDAS EM SEU CADASTRO NACIONAL DE PESSOA JURÍDICA. INFORMA-SE AINDA QUE NÃO FOI DETERMINADO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL (EIA) PARA A ATIVIDADE.

SinpmA
SINDICATO DOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE ANÁPOLIS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

A Presidente do Sindicato dos Professores da Rede Municipal de Ensino de Anápolis – SINPMA, Prof.ª Márcia Aparecida Gomes Abdala, no uso de suas atribuições legais e conforme seu Estatuto convoca todos os professores filiados à Entidade para se reunirem em ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, conforme artigo 22 do Estatuto do SINPMA, em primeira chamada, às 17:30 horas, em segunda chamada às 18:00 horas, do dia 01 de dezembro de 2026, na Sede do SINPMA situado na Rua 07 de Setembro, 807 – Centro, Anápolis - GO.

PAUTA:

- Alterações do Estatuto do Sinpma.

Anápolis, 18 de novembro de 2026.

MÁRCIA APARECIDA GOMES ABDALA
Presidente do SINPMA



FUNCIONAMENTO

Feriado da Consciência Negra altera funcionamento dos serviços públicos em Anápolis; veja o que abre e fecha

Redação

O feriado nacional do Dia da Consciência Negra, celebrado nesta sexta-feira (20), vai modificar o funcionamento dos serviços públicos em Anápolis. Com a suspensão do expediente em parte das repartições municipais, os atendimentos administrativos serão retomados na segunda-feira (23). Durante o feriado, os serviços considerados essenciais, especialmente nas áreas de saúde e limpeza urbana, terão funcionamento mantido.

A orientação é que os moradores se programem antecipadamente para evitar deslocamentos desnecessários e fiquem atentos aos horários e locais de atendimento. Confira o que funciona durante o feriado:

SAÚDE

A rede municipal de urgência e emergência funcionará normalmente, durante 24 horas, para atendimento de crianças e adultos. Estarão abertos:

- Hospital Municipal Alfredo Abrahão;
- UPA Pediátrica;
- Unidade Mista Vila Norte;
- Centro Médico da Jaiara;
- UPA Alair Mafra, na Vila Jussara;
- Centro de Especialidades Odontológicas (CEO), exclusivamente para casos de urgência e emergência.

Já as Unidades de Saúde da Família (USFs) e as unidades de atendimento especializado permanecerão fechadas na sexta-feira (20). Os atendimentos serão retomados na segunda-feira (23), a partir das 8h.

VIGILÂNCIA EM ZOONOSES

A Unidade de Vigilância em Zoonoses, localizada na Avenida Belo Horizonte, s/n, lote 29, no bairro Santo André, também estará fechada durante o feriado. O funcionamento será normalizado na segunda-feira (23), às 8h.

O local atende ocorrências relacionadas a animais com suspeita de zoonoses, doenças que podem ser transmitidas aos seres humanos, além de oferecer vacinação antirrábica para cães e gatos.

Em situações de mordedura por cães, gatos ou outros animais, assim como acidentes com animais peçonhentos, a orientação é procurar o Hospital Municipal Alfredo Abrahão, que dispõe de atendimento especializado.

RÁPIDO E ZAP DA PREFEITURA

Os atendimentos presenciais do Rápido e os serviços do Zap da Prefeitura estarão suspensos durante o feriado, seguindo o calendário de ponto facultativo adotado pelo município.

Os serviços serão retomados na segunda-feira (23), das 8h às 17h.

LIMPEZA URBANA

Os serviços de coleta de lixo orgânico, seletivo e de resíduos infectantes serão mantidos normalmente durante o feriado, sem interrupções.

Na sexta-feira (20), também haverá equipes trabalhando na manutenção de parques e praças, além de serviços de plantio e poda de árvores. No sábado (21), será mantida apenas a manutenção dos espaços públicos de lazer.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

As unidades de assistência social do município permanecerão fechadas durante o feriado e retomarão os atendimentos na segunda-feira (23), a partir das 8h.

A suspensão abrange os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) dos bairros Residencial Copacabana, Jardim Alvorada, Filostro Machado e Vila Norte, em frente ao Feirão, além do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), localizado na Rua General Joaquim Inácio, no Setor Central.

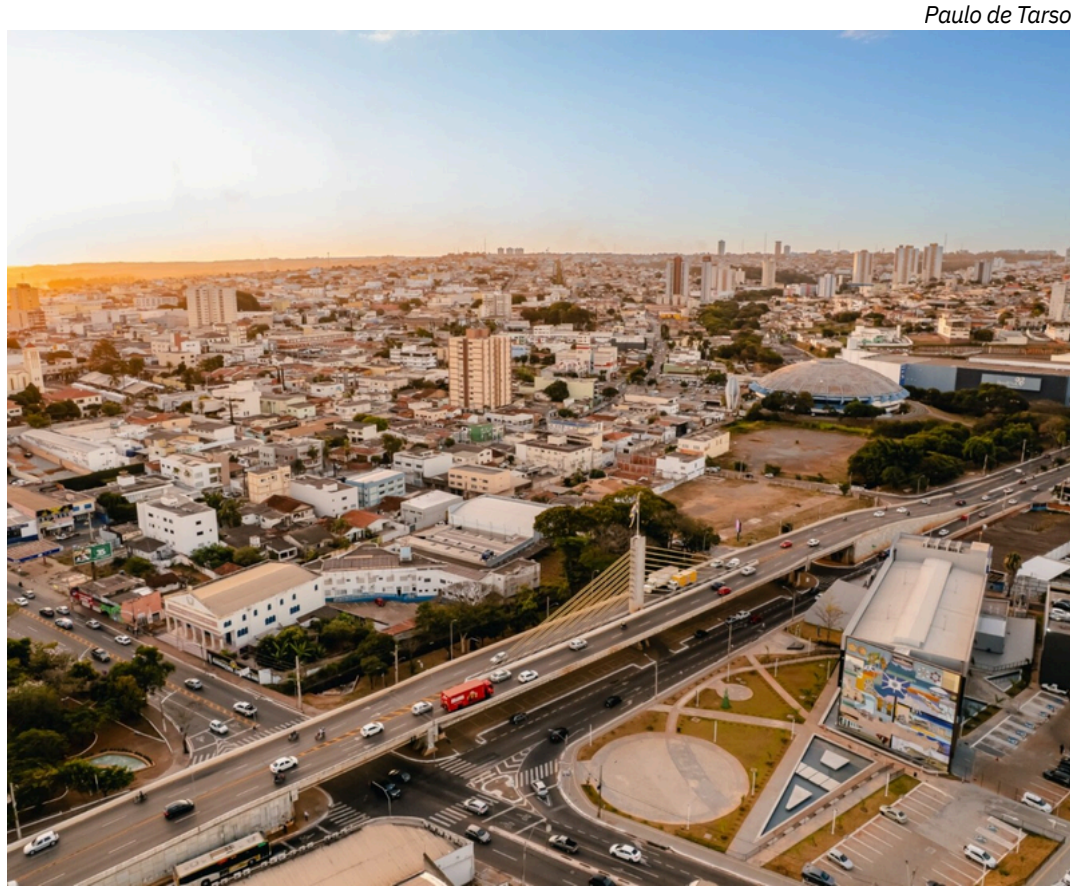
O Conselho Tutelar Leste, situado na Avenida Contorno, nº 1.761, no Setor Central, permanecerá aberto. Para denúncias, orientações ou esclarecimento de dúvidas, a população poderá entrar em contato pelos telefones (62) 98596-7562 e 0800 646 1114.

RETOMADA DOS ATENDIMENTOS

A maior parte dos serviços administrativos municipais voltará a funcionar normalmente na segunda-feira (23).

Até lá, a orientação é priorizar os canais de atendimento de urgência em situações que não possam aguardar a retomada do expediente.

Paulo de Tarso



SAÚDE

Goiás monitora casos de Mpox e descarta situação de alerta após primeira morte no Brasil

Redação

Goiás mantém o monitoramento dos casos de Mpox e, até o momento, não registrou mortes provocadas pela doença em 2026. O acompanhamento ocorre após o Ministério da Saúde confirmar, na sexta-feira (13), o primeiro óbito por Mpox no Brasil neste ano. Em todo o território nacional, já são 1.099 casos contabilizados.

De acordo com a subsecretária de Vigilância em Saúde da Secretaria de Estado da Saúde de Goiás (SES-GO), Flúvia Amorim, o cenário estadual permanece estável, sem alterações expressivas em relação aos anos anteriores.

Dados da SES-GO, atualizados em 29 de outubro, apontam 167 notificações da doença em Goiás neste ano. Desse total, dois casos foram confirmados, um permanece em investigação e não houve registro de mortes.

Em 2025, o estado recebeu 274 notificações, com 38 confirmações e nenhum óbito. A Secretaria ressalta que os números são atualizados continuamente, conforme as informações encaminhadas pelos municípios.

VACINAÇÃO E SINTOMAS

A vacina contra a Mpox está disponível para públicos específicos, considerados mais vulneráveis às complicações da doença. Entre eles estão pessoas que vivem com HIV, especialmente aquelas com imunossupressão, que integram os grupos prioritários para a imunização.

A orientação das autoridades de saúde é ficar atento ao aparecimento de lesões na pele, que podem ser confundidas com manifestações de outras doenças, como a varicela. As feridas costumam surgir nas mãos e no rosto, mas também podem atingir a região genital.

Febre, dor de cabeça e o aparecimento de lesões são sinais que exigem atenção. Nesses casos, a recomendação é procurar uma unidade de saúde para avaliação e investigação.

A confirmação da Mpox é feita por exame laboratorial molecular, geralmente o PCR, a partir de amostras coletadas diretamente das lesões, como secreções das vesículas ou crostas. Em Goiás, o Laboratório Estadual de Saúde Pública (Lacen-GO) realiza os testes utilizados na identificação do vírus.

A investigação também considera outras doenças que apresentam sintomas semelhantes, entre elas varicela, herpes e sífilis.

DENGUE TAMBÉM PREOCUPA

Além do monitoramento da Mpox, a Secretaria Estadual de Saúde acompanha a evolução da dengue e reforça a importância da vacinação entre adolescentes de 10 a 14 anos.

Segundo Flúvia Amorim, houve uma pequena melhora na procura pela vacina Qdenga, disponibilizada na rede pública, mas ainda preocupa o número de adolescentes que receberam a primeira dose e não retornaram para completar o esquema vacinal.

A recomendação é que quem ainda não iniciou a imunização procure uma unidade de saúde. O intervalo indicado entre as duas doses é de 90 dias. Mesmo quem perdeu o prazo pode receber a segunda aplicação, sem precisar reiniciar o esquema.

A subsecretária reforça que a proteção prevista pela vacina depende da aplicação das duas doses. Por enquanto, não há previsão de ampliar a vacinação para outras faixas etárias, devido à capacidade limitada de produção do imunizante.



MAIS DE 113 MIL CASOS CONFIRMADOS EM GOIÁS

Os números da dengue também exigem atenção. Até 16 de novembro, Goiás havia registrado aproximadamente 177 mil notificações e mais de 113 mil casos confirmados da doença. O volume representa um aumento de quase 18% em comparação com o mesmo período de 2025, quando cerca de 94 mil casos haviam sido confirmados.

O informe epidemiológico da SES-GO, referente ao período de 4 a 7 de novembro, identificou seis municípios em situação de alto risco para a doença: Campestre de Goiás, Urutaí, Perolândia, Adelândia, Turvânia e Bela Vista de Goiás.

Com a aproximação do período de maior circulação do mosquito transmissor, as autoridades reforçam a necessidade de eliminar possíveis criadouros do Aedes aegypti e manter a vacinação em dia.

CIDADES

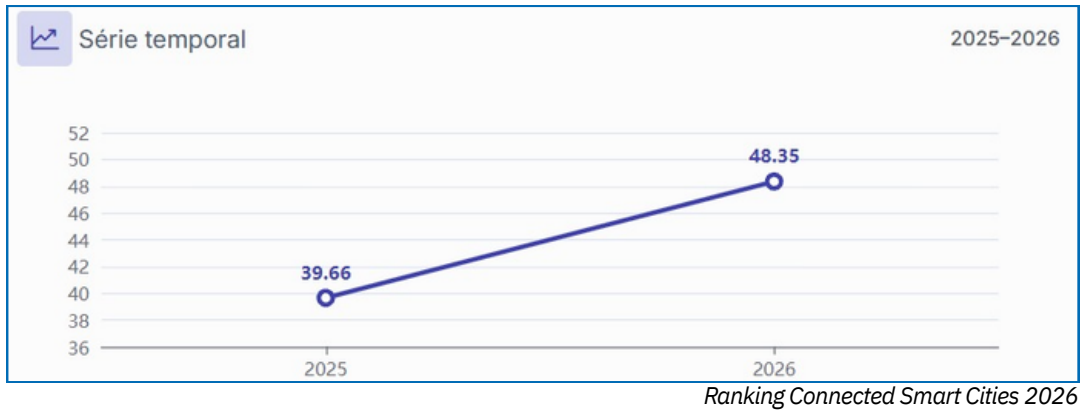
Anápolis avança 338 posições e entra no grupo das 100 cidades mais inteligentes do Brasil

Redação

Anápolis alcançou a 95ª colocação no Ranking Connected Smart Cities 2026 e passou a integrar a lista das 100 cidades mais inteligentes do Brasil. O município subiu 338 posições em relação ao levantamento anterior, divulgado em 2025. O resultado foi apresentado na segunda-feira (16), durante evento realizado em São Paulo.

No ranking estadual, Anápolis conquistou o segundo lugar em Goiás, atrás apenas de Goiânia, que ocupa a 22ª posição nacional. Na região Centro-Oeste, o município ficou em sexto lugar, com 48,35 pontos. No ano passado, a pontuação havia sido de 39,66, o que representa um avanço de 8,69 pontos em um ano.

A pesquisa está em sua 12ª edição e considera 75 indicadores distribuídos em 13 eixos temáticos, que avaliam diferentes aspectos da infraestrutura, dos serviços públicos, da economia e da qualidade de vida nas cidades.



Ranking Connected Smart Cities 2026

DESEMPENHO

Entre os melhores resultados de Anápolis estão os eixos de Segurança, com 85 pontos; Resíduos Sólidos, Esgoto e Água, com 74; e Educação, com 69 pontos. Nessas três áreas, o município superou inclusive a pontuação de Goiânia.

Por outro lado, os menores desempenhos foram registrados em Inovação e Empreendedorismo, com 16 pontos; Energia, com 25; e Mobilidade, com 39 pontos. Os resultados indicam áreas em que a cidade ainda enfrenta desafios para avançar na estruturação de serviços e no desenvolvimento urbano.

Na comparação com 2025, Anápolis apresentou melhora em sete dos 13 eixos avaliados e recuou nos outros seis. O maior avanço ocorreu em Meio Ambiente e Mudanças Climáticas, cuja pontuação passou de 24 para 50 pontos.

Em contrapartida, o eixo Energia registrou uma das maiores quedas, com perda de 23 pontos em relação ao levantamento anterior. Em Telecomunicações, a redução foi de 15 pontos, levando o município a alcançar 53 pontos.

INDICADORES

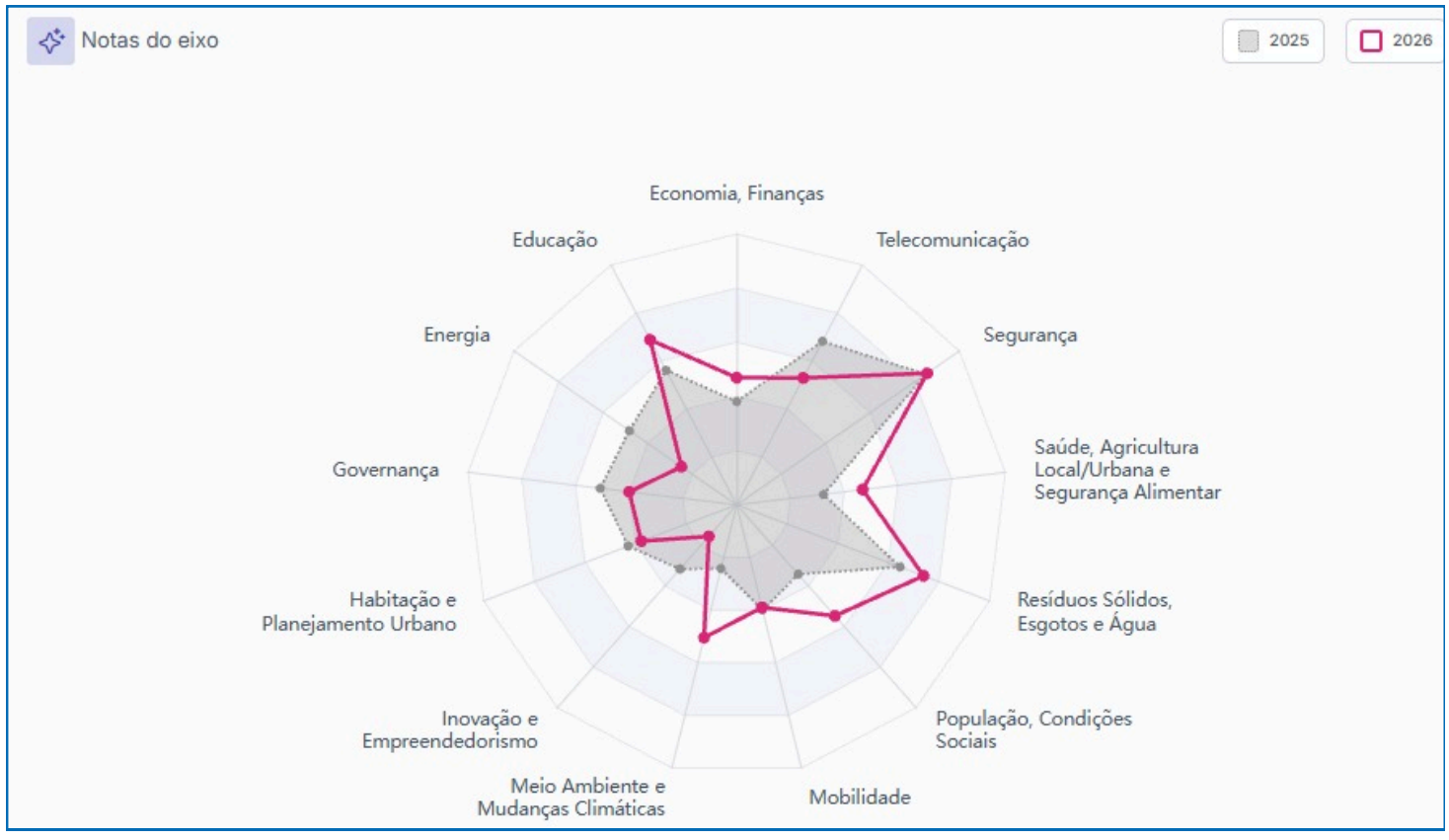
O eixo Segurança considera a capacidade dos municípios de proteger a população e estruturar políticas públicas para a área. Entre os indicadores utilizados estão as taxas de homicídios e feminicídios por 100 mil habitantes.

Já Inovação e Empreendedorismo avalia as condições oferecidas para o desenvolvimento de novos negócios, atividades empresariais de base tecnológica e iniciativas inovadoras.

Na Educação, são considerados fatores como acesso à escola, qualidade do ensino, infraestrutura educacional e inclusão digital. Anápolis obteve 69 pontos nesse segmento.

O eixo Economia e Finanças reúne indicadores relacionados ao desempenho econômico, mercado de trabalho, saúde financeira da administração municipal e capacidade de investimento. Nesse quesito, Anápolis alcançou 47 pontos.

Em Telecomunicações, a avaliação considera a infraestrutura de conectividade, incluindo disponibilidade e abrangência dos serviços de internet e telefonia móvel. Nesse indicador, o município obteve 53 pontos, 15 a menos que em 2025.



TRIBUTOS

Ajuste fiscal de Lula é criticado por priorizar aumento de arrecadação em vez de corte de gastos

Redação

O pacote de ajuste fiscal apresentado pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tem provocado con trovérsia no Congresso Nacional e ampliado as divergências dentro da própria base aliada. Embora a proposta seja apresentada pelo Executivo como uma estratégia para equilibrar as contas públicas, especialistas e representantes do setor privado avaliam que as medidas concentram esforços no aumento da arrecadação, sem promover uma redução significativa das despesas do governo.

Com previsão de melhorar o resultado primário em R$ 56,1 bilhões em 2027, o projeto tem sido chamado por críticos de "tributaço", em referência à proposta de "tesouraço" defendida por Flávio Bolsonaro (PL), que prevê cortes de até R$ 200 bilhões nos gastos primários do Orçamento.

O Projeto de Lei Complementar (PLP) 299/2026 teve o texto-base aprovado pelo Senado na quinta-feira (12), por 45 votos favoráveis e 31 contrários. Entretanto, a análise de quatro destaques apresentados pela oposição, inicialmente prevista para terça-feira (17), foi transferida para esta quarta-feira (18), diante da dificuldade do governo em reunir votos suficientes para rejeitar as alterações.

Após a conclusão da votação no Senado, o texto seguirá para a Câmara dos Deputados. Caso seja aprovado sem mudanças de mérito, poderá ser encaminhado à sanção presidencial. Se houver alterações, a proposta precisará retornar ao Senado.

ARRECADAÇÃO

Para o presidente-executivo do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), João Eloi Olenike, as críticas de que o pacote representa mais aumento de tributação do que um ajuste fiscal propriamente dito encontram respaldo entre especialistas e representantes do setor privado.

O tributarista Ricieri Gabriel Calixto também questiona a forma como algumas medidas foram estruturadas. Para ele, o problema está na adoção de mecanismos que podem aumentar a carga tributária ou restringir direitos financeiros das empresas sem que essas mudanças sejam apresentadas diretamente como aumento de impostos.

A oposição também critica a proposta. O senador Rogério Marinho (PL-RN) classificou o pacote como uma espécie de nova pedalada fiscal e afirmou que o governo continua recorrendo ao aumento de impostos como principal instrumento para melhorar as contas públicas.

DIVISÃO

A resistência ao projeto ultrapassou os limites da oposição e provocou divergências entre integrantes da própria esquerda. Um dos episódios que evidenciaram o desgaste foi a reação de participantes do chamado Exército do Lula, canal de mobilização do presidente nas redes sociais, que registrou uma expressiva redução no número de integrantes após a aprovação do texto no Senado.

Nas redes sociais, publicações do deputado André Janones (Avante-MG), que saiu em defesa do pacote, receberam críticas de usuários que utilizaram emojis de tesoura para demonstrar insatisfação. A manifestação faz referência à proposta de Flávio Bolsonaro de reduzir despesas públicas.

Janones atribuiu parte da resistência à chamada extrema esquerda e defendeu a iniciativa conduzida pelo ministro do Planejamento, Bruno Moretti.

Entre os críticos também estão parlamentares do PT e do PSOL. O deputado Lindbergh Farias (PT-RJ) questionou a condução da proposta pelo ministro, enquanto Erika Hilton (PSOL-SP) e outros integrantes dos partidos manifestaram oposição às medidas.

O cenário evidencia dificuldades para o governo sustentar uma proposta econômica que, além de enfrentar resistência de adversários políticos, também encontra questionamentos entre setores tra dicionalmente alinhados ao presidente.

MEDIDAS

O pacote reúne diferentes mecanismos para ampliar a arrecadação e restringir despesas. Entre os principais pontos estão o contingenciamento de gastos, a limitação do crescimento das despesas, a revisão de benefícios fiscais e mudanças nas regras de compensação tributária.

Uma das medidas permite bloquear despesas quando o resultado primário atingir o limite inferior da margem de tolerância da meta fiscal. A economia estimada com o mecanismo varia de R$ 12,8 bilhões a R$ 18,3 bilhões em 2027.

O projeto também estabelece uma trava para o crescimento real das despesas, reduzindo o limite de 2,5% para 2% ao ano nos períodos em que houver contingenciamento.

Outra mudança envolve a utilização de créditos tributários pelas empresas. A proposta permite à Receita Federal restringir determinadas compensações de débitos com créditos de outros tributos, com impacto estimado entre R$ 12,8 bilhões e R$ 18,3 bilhões.

A revisão de benefícios fiscais também integra o pacote e tem previsão de gerar aproximadamente R$ 15 bilhões em arrecadação adicional em 2027.

O texto ainda prevê a possibilidade de utilização de até 40% do superávit de fundos específicos para custear determinadas obrigações constitucionais, com exceção de áreas como saúde, educação e segurança. A estimativa do governo é de melhora de R$ 100 bilhões na margem da Regra de Ouro em 2027.

Outros dispositivos tratam da regulamentação dos chamados supersalários, da com pensação previdenciária entre regimes e dos repasses re lacionados à Lei Kandir, que envolve a compensação aos estados pela desoneração das exportações.

EMPRESAS

Entre os pontos mais questionados está a restrição ao aproveitamento de créditos tributários. Para críticos da medida, a mudança pode comprometer o capital de giro das empresas, especialmente em um cenário de juros elevados e maior dificuldade de acesso ao crédito.

O tributarista e administrador de empresas Luís Garcia avalia que o mecanismo amplia o poder do Executivo para limitar a utilização de créditos que já integram o patrimônio das companhias.

Na avaliação dele, a retenção desses valores pode obrigar empresários a recorrerem ao mercado financeiro para manter suas operações, aumentando os custos de produção e a pressão sobre o caixa.

A preocupação também envolve a transição para o novo sistema tributário. Com a entrada em vigor da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), prevista para 2027, empresas exportadoras, agroindústrias e setores industriais que acumulam créditos de PIS e Cofins podem enfrentar dificuldades para recuperar esses valores.

Outra alteração questionada diz respeito ao regime de tributação pelo lucro presumido. O projeto amplia de 10% para 20% o acréscimo aplicado aos percentuais de presunção, conforme a legislação citada no pacote.

Para prestadores de serviços, por exemplo, o percentual de presunção, que tem como referência 32%, poderá chegar a 38,4% sobre a parcela da receita anual que ultrapassar R$ 5 milhões.

Luís Garcia argumenta que o lucro presumido é um mecanismo de simplificação tributária, e não necessariamente um benefício fiscal. Na avaliação do especialista, a mudança pode elevar a carga tributária de empresas que não possuem margem de lucro suficiente para absorver o custo adicional, levando ao repasse de despesas aos consumidores ou à busca por alternativas judiciais.

O governo tenta preservar a estrutura central do projeto, mas enfrenta pressão de parlamentares, governadores e representantes do setor produtivo. O resultado das negociações poderá determinar não apenas o alcance das me didas fiscais, mas também a capacidade de articulação do Planalto em torno de uma agenda econômica .